

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2 DE ABRIL DE 2007**-----

-----Aos dois dias do mês de Abril de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre e Victor Manuel Petulante Pedro, em substituição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Faltou o Sr. Presidente, cuja falta foi deliberado justificar, bem como a do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.--

-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse que tinha preparada para a reunião de hoje uma intervenção dirigida a todos os Srs. Autarcas, desconhecendo que o Sr. Presidente não estaria presente, e que vai proceder à sua apresentação.-----

-----«Sr. Presidente, Srs. Vereadores: Dado que na Nota da Convocatória da reunião de hoje é referida a proposta por mim apresentada como: 'Não o tendo feito no entanto, porque os pareceres jurídicos que possuo consideram o acto proposto sem base legal'. Ora, pretendo que esta nota fique integralmente em acta e desde já solicito uma certidão da mesma.-----

-----É meu dever prestara a todo o executivo os seguintes esclarecimentos:-----

-----Como todos sabem, foi por mim presente à reunião de Câmara de dezanove de Março último uma proposta de instauração de processo disciplinar a uma funcionária. Nessa mesma reunião e com data desse dia foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara um parecer do Dr. António Montalvo, consultor jurídico desta

autarquia, salvo erro, na condição de avençado.-----  
-----Independentemente da justeza ou não do conteúdo, solicitei o adiamento da minha proposta para a reunião de hoje, o que foi, democraticamente, recusado com o voto de qualidade do Sr. Presidente.-----  
-----Nessas condições, acabei por retirar a minha proposta da Ordem de Trabalhos de dezanove de Março.-----  
-----Após análise desse mesmo parecer, quero esclarecer que:----  
**«Enquadramento dos procedimentos a adoptar em sede de procedimento disciplinar -----**  
-----1.- Procedimento a adoptar para apuramento da responsabilidade disciplinar;-----  
-----2.- Nomeação de instrutor.-----  
**-----1.- PROCEDIMENTO A ADOPTAR PARA APURAMENTO DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR-----**  
-----1.1 - No âmbito do Decreto-Lei número vinte e quatro de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, que aprovou o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local - de ora em diante designado por ED -, vários são os tipos de processos que poderão ser adoptados, tendo em conta as circunstâncias concretas:-----  
-----processo disciplinar;-----  
-----processo de inquérito;-----  
-----processo de sindicância;-----  
-----processo de averiguações.-----  
-----1.2 - **Por processo disciplinar** entende-se a forma de agir dos órgãos da Administração, tendente a punir condutas legalmente censuráveis, praticadas por um funcionário ou agente. Constatando-se a prática de uma falta com natureza censurável, esta desencadeia responsabilidade disciplinar de quem a praticou, ou seja, de funcionário ou agente.-----  
-----1.3 - **O processo de inquérito** tem o fim de apurar factos determinados, segundo o Artigo oitenta e cinco, número três do ED. No inquérito procura-se apurar determinados factos irregulares, mas que, desde logo, não se revelam enquanto infracção disciplinar, pelo que se torna necessário proceder a

uma investigação, tendente a se apurar a veracidade dessas irregularidades bem como os funcionários a quem devem ser imputados.-----

-----1.4 - Conforme refere Manuel Leal Henriques (in "Procedimento Disciplinar", segunda edição, mil novecentos e oitenta e nove, página duzentos e trinta e oito), o "(...) inquérito é ordenado para apurar se num serviço foram efectivamente praticados factos de que há rumor público ou denúncia popular e qual o seu carácter e imputação.(...)" Mais refere aquele Autor que o "(...) inquérito pode concluir pela prova de que os factos indicados foram efectivamente praticados e pela individualização dos seus autores(.. Como escreve António Monteiro Martins (citado por Leal Henriques, obra citada), por vezes "(...) apontam-se irregularidades sem que possa determinar-se exactamente a sua veracidade, dimensão e o seu responsável. Surge a necessidade de um processo de natureza prévia, o inquérito. No inquérito procuram-se apurar exactamente determinados factos irregulares mas que não se revelam, desde logo, com a aparência de infracção disciplinar. Procede-se portanto a uma investigação para se apurar a veracidade de certos actos irregulares e quais os funcionários a quem devem ser imputados. Em conclusão podemos dizer que por *inquérito* se entende uma investigação dirigida no sentido de apurar a veracidade de um ou mais factos possivelmente irregulares e quais as pessoas a quem devem ser imputados, isto é, quem é ou quais são os seus autores ou agentes.(...)"-----

-----1.5 - **O processo de sindicância**, segundo o Artigo oitenta e cinco, número três do ED, destina-se a uma averiguação geral acerca do funcionamento do serviço. Trata-se de um processo de ampla investigação destinada a averiguar como funciona determinado serviço, bem como o grau de observância da disciplina por parte de todos os seus agentes.-----

-----1.6 - **O processo de averiguações**, nos termos do Artigo oitenta e oito do ED, é um processo de investigação sumária que se destina à recolha de elementos que permitam a qualificação de certas faltas ou irregularidades eventualmente ocorridas no

serviço objectivando futuramente o correcto e adequado apuramento disciplinar.-----

-----1.7 - **Dados a reter:**-----

-----a) - Identificação da conduta que, alegadamente, se poderá considerar falta com natureza censurável e, como tal, passível de responsabilidade disciplinar;-----

-----b) - Conforme refere Leal Henriques (obra citada, página duzentos e trinta e oito), se de início "(...) *a falta está caracterizada e o agente identificado, usa-se o processo disciplinar (...).*-----

-----2 - **NOMEAÇÃO DE INSTRUTOR**-----

-----A instauração de processo disciplinar - bem como dos demais processos a que se fez menção - , implica a nomeação do respectivo instrutor. Como resulta do Artigo cinquenta e um, número um do ED, a entidade que instaurar processo disciplinar deve nomear instrutor.-----

-----Considerando que, por força do Artigo dezoito, número um do ED, nas autarquias locais a competência disciplinar pertence aos respectivos órgãos executivos, deve a Câmara Municipal, por força do Artigo cinquenta e um, número um do mesmo diploma, nomear instrutor.-----

-----3 - **PROCESSO DISCIPLINAR - FUNCIONÁRIO AUTÁRQUICO - COMPETÊNCIAS**-----

-----Em matéria disciplinar rege o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (ED), aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro, barra, oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, e não a Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, que veio estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.-----

-----O citado ED prevalece sobre aquela lei por se tratar de um conjunto de disposições específicas em matéria disciplinar.-----

-----Tal matéria (disciplinar) não contende com o Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias. **O legislador não quis que matéria tão sensível como**

a de natureza disciplinar ficasse à mercê do entendimento de uma única pessoa; carece de apreciação colectiva (órgão executivo) "*in Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo mil e treze, barra, zero um - Porto, datado de dois de Março de dois mil e seis e Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo cento e vinte e seis, barra, zero quatro, de vinte e três de Setembro de dois mil e quatro*".-----

-----Como resulta destes dois acórdãos, a publicação da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro (Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias), alterada pela Lei número cinco - A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, o Artigo dezoito do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei número vinte e quatro de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro) não foi beliscado ou revogado mormente pelo Artigo sessenta e cinco daquela Lei.-----

-----**Nestes termos e de acordo com o estipulado no Artigo dezoito** (*Competência disciplinar sobre os funcionários e agentes ao serviço das autarquias locais e das associações e federações de municípios*) do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, Decreto-Lei número vinte e quatro de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro: - nº 1 - "**A competência disciplinar sobre os funcionários e agentes das autarquias locais e das associações e federações de municípios pertence aos respectivos órgãos executivos.**"-----

-----Pelo que eventuais actos de âmbito de procedimento disciplinar praticados pelo presidente da câmara municipal enfermam do vício de incompetência.-----

-----No tocante ao parecer jurídico apresentado pela senhor presidente da Câmara não só se encontra errado quanto ao seu enquadramento jurídico, como a utilização do mesmo tentou influenciar negativamente a actividade deste Executivo Municipal de modo a impedir as nossas legais e legítimas competências nesta matéria, pelo que para além de ser censurável o modo como

o mesmo foi apresentado **propomos que o mesmo não seja remunerado por esta Câmara Municipal.**-----

-----Pois o senhor consultor jurídico responsável pelo parecer teria que ter conhecimentos técnico-jurídicos que, em matéria disciplinar, como é o caso que se apresenta, rege o **Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (ED)**, aprovado pelo DL número vinte e quatro de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, e não a Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco - A de dois mil e dois, de onze de Janeiro que veio estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.-----

-----O citado ED prevalece sobre aquela lei por se tratar de um conjunto de disposições específicas em matéria disciplinar.-----

-----Já na vigência da anterior Lei das Autarquias Locais (LAL)- Decreto-Lei número cem, barra, oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, revogado pelo Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, era entendimento ao nível da jurisprudência do STA que a competência disciplinar continuava a pertencer ao órgão executivo, embora a Lei número dezoito, barra, noventa e um, de doze de Junho, que alterou o citado DL número cem, barra, oitenta e quatro, tivesse transferido a competência para "superintender na direcção e gestão do pessoal ao serviço do município" da Câmara Municipal para o Presidente da Câmara Municipal - Acórdãos de treze de Janeiro de mil novecentos e noventa e quatro e de dezassete de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete , em recursos números trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e quatro e noventa e um mil e oitenta e dois, respectivamente.-----

-----E a lei geral não revoga a lei especial, excepto se outra for a intenção inequívoca do legislador - Artigo sétimo, número três do Código Civil.-----

-----Ora, dispõe o número um do Artigo cinquenta e quatro do DL número vinte e quatro de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, que "os funcionários ou agentes podem ser, sob proposta

da entidade que instaurar o processo disciplinar ou do instrutor, **e mediante despacho** do membro do Governo competente **ou do órgão executivo**, preventivamente suspensos do exercício das suas funções sem perda do vencimento de categoria e até decisão do processo, mas por prazo não superior a 90 dias, sempre que a sua presença se revele inconveniente para o serviço ou para o apuramento da verdade".-----

-----E, o Artigo setenta e cinco, número um, estabelece que o arguido e o participante podem recorrer hierarquicamente dos despachos que não sejam de mero expediente, sendo tal recurso, na administração local, **interposto para o respectivo órgão executivo**, ao qual caberá resolver nos termos do número seis(cfr. números três e quatro do mesmo artigo).-----

-----A Câmara Municipal é o **órgão executivo/colegial do município** - Artigos duzentos e cinquenta e dois da CRP e cinquenta e seis, número um, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove alterada pela Lei número cinco - A de dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

-----*Aliás, tal norma está em consonância com a regra do número um do Artigo dezoito do ED, que dispõe que a competência disciplinar sobre os funcionários e agentes das autarquias locais e das associações e federações de municípios pertence aos respectivos órgãos executivos.*»-----

-----Mais se me afigura dizer que, em relação à minha pretensa situação ilegal, enquanto Presidente do Júri, na reunião de quinze de Dezembro, que enviei a Comunicação Interna número dois de dois mil e sete, a vinte e nove de Janeiro ao Sr. Presidente, que é absolutamente inequívoca e oriunda de um especialista na matéria que faz o favor de ser meu amigo, mas que me pediu anonimato.-----

-----« **Comunicação Interna número dois de dois mil e sete**, para o Sr. Presidente da Câmara, datada de vinte e nove de Janeiro de dois mil e sete, com assunto designado de Concurso Interno de Acesso Limitado para Provimento de três lugares de Chefe de Secção e o texto integral seguinte:-----

-----Na qualidade de presidente do Júri do Concurso Interno de

Acesso Limitado para Provimento de três Lugares de Chefe de Secção, remeto a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> o esclarecimento legal, solicitado por mim a jurista consagrado, à sua comunicação de dezanove de Janeiro de dois mil e sete. Recordo também que fui, pelos nossos serviços informado que, a minha demissão dos pelouros não podia acarretar a substituição no concurso referido em epígrafe, tendo-me sido dado como exemplo a continuidade do Vereador Pedro Ribeiro no Júri do concurso do veterinário municipal.-----

-----**Relativamente ao Júri:**-----

-----O júri é a entidade que conduz todo o processo de concurso até à fase da elaboração da acta da qual constará a lista de classificação final e sua fundamentação, que há-de ser submetida à homologação do dirigente máximo do serviço.-----

-----O júri é, como a designação implica, um órgão colegial, para o qual são designados membros efectivos e elementos suplentes. Os vogais suplentes suprem as faltas e impedimentos dos efectivos.-----

-----Como órgão colegial, o júri é constituído por pessoas que nele ocupam dois tipos de funções: o presidente e os vogais, sendo que um deles possui, ainda, uma posição diferente dos restantes, na medida em que detém, desde a sua designação, a qualidade de presidente substituto. Sendo, pois, obrigatória a indicação do vogal que substitui o presidente do júri.-----

-----A constituição do júri, como decorre dos Artigos doze e treze do Decreto-Lei número duzentos e quatro de noventa e oito, de onze de Julho, obedece a regras muito precisas.-----

-----**Assim:** O júri é constituído como um todo (órgão colegial), por despacho da entidade com competência para autorizar o concurso, e nesse mesmo acto é designado o vogal que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos, bem como os vogais suplentes em número igual ao dos vogais efectivos. (artigo treze)-----

-----O número seis do Artigo treze prevê a possibilidade da alteração da composição do júri (no todo, como órgão colegial), e por tal, o número sete refere "o novo júri".-----

-----Ressalva-se, mesmo assim, que a possibilidade dessa



alteração depende de motivos ponderosos e devidamente fundamentados.-----

-----Resumindo: Quem designou o júri, se tivesse motivos ponderosos que fossem devidamente fundamentados, poderia proceder à designação de um novo júri. O novo, porém, teria que dar continuidade às operações já realizadas pelo anterior e assumir integralmente os critérios definidos e teria que aprovar o processado.-----

-----Como se infere, não tem o presidente da C. M. poder para substituir uma pessoa por outra. A substituição, a fazer-se, é dentro do próprio júri, pelas regras da substituição por falta ou impedimento.-----

-----A alterar, teria que designar um novo júri!-----

-----Relativamente à fundamentação:-----

-----A fundamentação é o sustentáculo da legalidade administrativa e instrumento fundamental de garantia contenciosa, para além de ser fundamental para a interpretação do acto administrativo.-----

-----Ver: Artigo cento e vinte e quatro, número um - alínea e) do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----O dever de fundamentação exige que o órgão administrativo justifique a decisão e identifique a situação real (ou de facto) ocorrida, e que a subsuma na previsão legal, tirando dela as respectivas consequências.-----

-----Quer isto dizer que um acto administrativo que implique revogação, modificação ou suspensão de outro acto anteriormente praticado pelo mesmo órgão, carece sempre de fundamentação que indique os motivos que levaram a Administração a valorar os mesmos factos e a aplicar as mesmas normas de maneira diferente da que usara anteriormente. Está subjacente a ideia de que não se pode pôr em causa um acto de autoridade sem haver muito boas razões para isso.-----

-----Artigo cento e vinte e cinco, número dois.-----

-----Equivale à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do acto.-----

-----A fundamentação, em geral, engloba dois momentos.-----  
-----1. A justificação - que vai indicar os pressupostos e que legitima a Administração a agir, e-----  
-----2. A motivação - que apenas tem lugar nos actos discricionários e que consiste numa exposição relativa aos factos que a Administração considerou relevantes para atribuir um certo conteúdo ao acto administrativo.-----  
-----O que se exige quanto à forma é que exista uma fundamentação expressa.-----  
-----Mas se a fundamentação não corresponde à verdade o vício de que o acto enferma é de conteúdo.-----  
-----O vício de forma gera anulabilidade -Artigo cento e trinta e seis do CPA;-----  
O vício de conteúdo gera a nulidade - Artigo cento e trinta e três do CPA.-----  
-----Pelo exposto, me parece que tenho desempenhado o lugar com todos os direitos que a lei me consagra.-----  
-----Não tenho, nem nunca tive qualquer interesse pessoal em integrá-lo, até gostaria de ter saído aquando da minha demissão dos pelouros, pelo menos tinha tido a virtualidade de não ter sido insultado quanto à minha honestidade por uma das opositoras.-----  
-----**No entanto, se V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> o entender, coloco inteiramente o meu lugar à sua disposição, desde que seja respeitada a legalidade no que a esta matéria diz respeito e se com isso não se atrasar, ainda mais, a homologação dos resultados obtidos, facto que se torna para toda a gente incompreensível.**-----  
-----Em relação a todas as outras considerações que faz sobre as minhas atitudes e a minha postura, quer na comunicação de dois, quer na de vinte e dois de Janeiro de dois mil e sete, agradeço-lhe a franqueza, mesmo que as considere de pouca ética e desprovidas de verdade.»-----  
-----Quanto à alegada prescrição:-----  
-----«**Comunicação Interna número um de dois mil e sete**, datada de quinze de Janeiro de dois mil e sete, para o Sr. Presidente da Câmara, de assunto designado Concurso Interno de Acesso

Limitado para provimento de três Lugares de Chefe de Secção, com o texto integral que se transcreve:-----  
-----Na qualidade de presidente do Júri do Concurso Interno de Acesso Limitado para Provimento de três Lugares de Chefe de Secção, remeto a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> o dossier completo, perfeitamente pronto a ser homologado.-----  
-----No entanto, chamo a atenção de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> para a linguagem da "reclamação" apresentada pela candidata Rosa Maria Cardoso do Nascimento de folhas cento e noventa e um e cento e noventa e dois e a acta do Júri número seis de quinze de Dezembro de dois mil e seis, cujo conteúdo subscrevo totalmente.-----  
-----Mais informo V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que não estou minimamente disposto a tolerar a falta de retratação e pedido de desculpas por parte da candidata, reservando-me, no entanto, o direito de tomar as iniciativas que julgar adequadas.»-----  
-----O parecer afirma que o Sr. Presidente tomou conhecimento daquela reclamação em vinte e um de Novembro de dois mil e seis. Não faço a mínima ideia como. Até pensava que o processo deveria correr de forma sigilosa.-----  
-----Reafirmo que o Sr. Presidente tomou conhecimento da reclamação e da Acta a quinze de Janeiro de dois mil e sete.-----  
-----Quanto à relevância ou não de haver matéria para processo disciplinar, considero uma infelicidade o que é opinado e uma ingerência grave nos assuntos internos desta autarquia.-----  
-----Quanto à avocação dos poderes do Sr. Presidente e dado que não pretendo fazer nenhum 'golpe de estado', decidi alterar a minha proposta inicial pois não quero, minimamente, dar mais oportunidades ao Sr. Presidente para se interpor entre o executivo e a funcionária em causa.-----  
-----Quanto ao parecer a despropósito do Dr. Vítor Batista:-----  
-----Composição do Júri, consequências da renúncia de funções e pelouros e de membro do Júri-----  
-----As conclusões são precipitadas e infundamentadas. Remeto o Dr. Vítor Batista para-----  
-----A Comunicação Interna de vinte e nove de Janeiro (número dois de dois mil e sete); e Texto da Demissão.-----

-----«Texto parcial da carta de demissão-----  
-----Passado um ano sobre a tomada de posse deste executivo camarário onde tenho procurado desempenhar, o melhor que sei e me têm deixado, as tarefas que me decidiu atribuir, nomeadamente a Vice Presidência, a Presidência do Conselho de Administração da empresa municipal e os pelouros do Desporto, Juventude e Tempos Livres, Novas Tecnologias, Recursos Humanos, Águas, Comissão Venatória Municipal, Turismo, Comissão Arbitral Municipal e Execuções Fiscais, chegou a hora de decidir.-----  
-----.....-----  
-----Apresento pois a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> a minha demissão de todos os cargos que entendeu atribuir-me e informo-o que pretendo manter o meu lugar de vereador como independente eleito pelo Partido Socialista onde, aliás até me sinto muito bem.-----  
-----A partir da sua aceitação da minha demissão, publicamente afirmarei que a minha posição se prende com divergências quanto à forma de articulação de tarefas entre os dois e que continuarei empenhadamente a servir o Concelho, mesmo não detendo quaisquer pelouros.»-----  
-----Proposta de Instauração do Processo Disciplinar-----  
-----Opiniões influenciadoras sem validade;  
-----Prescrição.-----  
-----Em jeito de conclusão quero esclarecer que:-----  
-----1) Não permitirei que os meus direitos de Vereador democraticamente eleito sejam postos em causa.-----  
-----2) É, para mim, inexplicável este procedimento do Sr. Presidente da Câmara que, em última análise, porá em causa a disciplina a que são obrigados todos os funcionários desta autarquia.-----  
-----Será que o Sr. Presidente tem alguma intenção de julgar o meu acto nulo?-----  
-----3) Parece-me óbvio que o Sr. Presidente decidiu que esta matéria não pode ser votada no executivo. Lá saberá porquê.-----  
-----Proponho, pois, que a minha proposta datada de vinte e sete de Março seja incluída na Ordem de Trabalhos da reunião de hoje. Caso esta solicitação não seja aprovada, solicito formalmente ao

Sr. Presidente (em exercício) que a inclua na Ordem de Trabalhos da próxima reunião de Câmara.-----

-----Após esta intervenção do Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro, que preside aos trabalhos desta reunião, disse que não é jurista e como tal limita-se a decidir, naquilo que tem a ver com o âmbito jurídico, com os pareceres aqui trazidos pelos juristas do Município e com o que consta da Ordem de Trabalhos. O que é posto em causa é a não inclusão do assunto requerido na Ordem de Trabalhos, sendo que a sua aceitação depende de unanimidade e, não estando presentes todos os membros da Câmara, o assunto poderá passar para a próxima reunião. E a título de informação acrescentou que duas chefes de secção já foram informadas dos lugares que vão desempenhar, no âmbito das novas funções, pelo que não está em causa 'poder dar a volta ao concurso'.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse ter recebido a Ordem de Trabalhos com a indicação da proposta apresentada pelo Sr. Vereador Francisco Maurício e recusada pelo Sr. Presidente, mas não recebeu a proposta do mesmo Vereador.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora, após consultar melhor os documentos, encontrou a proposta que referia não ter recebido e o Sr. Vice-Presidente ordenou que fique registado em Acta que a Sr<sup>a</sup> Vereadora acusou não ter recebido um documento que, afinal, recebeu.-----

-----A mesma autarca disse ter-se tratado de um erro mas, o que é importante é que o assunto não foi agendado na Ordem de Trabalhos por ter sido entregue após os cinco dias úteis para o requerimento de agendamento.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário emendou que a Ordem de Trabalhos não diz isso e se fosse esse o motivo não falaria nisto hoje.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora aludiu que o Sr. Presidente poderia não ter feito qualquer alusão na Ordem de Trabalhos e restava ao Sr. Vereador Maurício do Rosário fazer o que fez, trazer o agendamento da questão ou pôr no PAOD a inclusão dos temas que entender. O assunto não foi agendado porque o Sr. Presidente

considera que é ilegal. E isso, não tem o Sr. Presidente capacidade para avaliar, porque essa avaliação da legalidade cabe ao executivo. Por isso e pela sua parte, mais uma vez o Sr. Presidente ultrapassa os poderes que a lei lhe atribui e agora o Sr. Presidente substituto tem a mesma atitude de prepotência, ao pretender subtrair à consideração do executivo a proposta do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, dirigindo-se à autarca que o antecedeu, respondeu que a Sr<sup>a</sup> pode dizer o chorrilho de asneiras que quiser, porque deve também ter tirado o curso intensivo de jurista, mas não lhe diz a si o que há-de dizer.---

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o Sr. Vice-Presidente estava a dizer asneiras, e como presidente dos trabalhos não pode ignorar a lei, ao que este respondeu no mesmo tom elevado, dizendo que se é para falar alto, ele também consegue falar alto, se é que a razão está do lado de quem mais grita.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha reafirmou que o Sr. Vice-Presidente só estava a dizer asneiras e se os seus filhos falassem assim já os tinha repreendido.-----

-----O autarca visado respondeu que não lhe admite esse tipo de conversa, a Sr<sup>a</sup> educa os seus filhos como quiser, mas não lhe vem dar lições. Quanto ao assunto objecto de explanação no PAOD, disse ser seu entendimento que devia ser tratado com o Sr. Presidente mas, em todo o caso, vai submeter a votação a sua inclusão na Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

-----A votação para inclusão na Ordem de Trabalhos de hoje da proposta do Sr. Vereador Maurício do Rosário determinou três votos contra, dos Srs. Vice-Presidente e Vereadores José Carlos da Silva e Joana Silvestre e três votos a favor, dos Srs. Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Victor Pedro. O Sr. Vice-Presidente usou o voto de qualidade para desempatar a votação e, com isso, rejeitar a proposta de agendamento.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse, em declaração de voto:-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício, nas suas alegações, rebate com um parecer jurídico o entendimento do Sr. Presidente quanto à ilegalidade do agendamento requerido na Ordem de Trabalhos da presente reunião. Como o Sr. Presidente, autor do acto, não se encontra presente, e não me considero no direito de tomar partido por qualquer das posições em confronto, é minha opinião que o assunto deverá passar para a próxima reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário requereu formalmente ao Sr. Presidente em exercício que a sua proposta, tal como se encontra e foi aqui explanada, seja incluída na Ordem de Trabalhos para a próxima reunião de Câmara. E, porque tem quase a certeza que o Sr. Presidente vai arranjar mais um parecer que lhe permita impedir a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, sugeriu ao Sr. Presidente substituto que procure munir-se de pareceres de entidades neutrais.-----

-----O Sr. Vice-Presidente e a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre disseram subscrever a declaração do Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----

-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento, proferidos pelo Sr. Presidente, de projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Gabriel Jesus Henrique Bento número trezentos e quarenta e cinco; Manuel José Batista Flauzino número trezentos e quarenta, ambos de dois mil e seis; Dulce Maria Gomes Martinho número sessenta de dois mil e sete.-----

-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir

indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----  
-----Paulo Simões - Construção Civil, Lda, número cinquenta; Rui  
Manuel Faustino Pereira Veríssimo, número cinquenta e um; Miguel  
Carlos Peralta Guerra das Neves, número quanta e dois, todos de  
dois mil e sete; Tendeiro Limitada, número trezentos e trinta e  
nove; José Joaquim Ribeiro Torres, número duzentos e sessenta,  
ambos de dois mil e seis; Construções Valvirgo, Limitada, número  
quatro e cinco de dois mil e sete; Britamagos - Sociedade  
Imobiliária, Limitada, número quatrocentos e vinte e três de  
dois mil; Paulo Manuel Gonçalves Roque, número trezentos e  
sessenta de dois mil e seis; Armindo Felício Reguinga Lidóneo,  
número cento e noventa e quatro A de dois mil e cinco; Silvestre  
Ferreira Catroga, número setenta e seis; Amândio Carvalho Pisco  
- Construção Civil, Limitada, número três, ambos de dois mil e  
sete, Emmanuel Roland Wilfrid Doe, número cinquenta e quatro de  
dois mil e três; Manuel Oliveira Gonçalves, número três de dois  
mil e sete; Floriano Horácio Ramos Pires Miguens, número cento e  
noventa e sete; Bárbara Hipólito Dias, número duzentos e oitenta  
e dois, ambos de dois mil e seis e Carlos Alberto Moreira Dinis,  
número quarenta e três de dois mil e sete..-----

-----2 - PESSOAL-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente a Câmara deliberou conceder tolerância de ponto ao pessoal, na manhã de quinta-feira santa, dia cinco de Abril, sem prejuízo da manutenção dos serviços essenciais, atendendo a que o Governo já concedeu a tarde do mesmo dia.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----HORÁRIO DE ESTABELECIMENTOS - Foi presente a comunicação da Farmácia Moderna, de Fazendas de Almeirim, comunicando o horário de funcionamento do estabelecimento, diário e semanal.-----

-----A Câmara deliberou aprovar.-----



-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - Foi presente o requerimento de Francisco da Cruz Baptista & Filhos, Lda, proprietário do café O Chico do Baptista, na Avenida da Liberdade, números setenta e sete e setenta e nove, em Almeirim, solicitando licença para ocupação da via pública com uma esplanada com dezasseis metros quadrados, adjacente ao seu estabelecimento, no período de um de Maio a trinta de Setembro.-----

-----A Câmara deliberou autorizar.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi novamente presente a carta de Plantiagro - Jardinagem e Agricultura, SA, comunicando que a empresa se encontra em processo de cisão, a fim de separar as actividades de jardinagem e agricultura, e solicitando autorização para transmitir a Plantiagro II - Agricultura e Silvicultura, SA o lote número cento e dois da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, com dispensa pelo pagamento da compensação a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento, por não se tratar de um negócio, mas apenas uma cisão, tendo as empresas os mesmos administradores.--

-----Tem informação do consultor jurídico, manuscrita e que não foi lida pelo Sr. Vice-Presidente.-----

-----A Câmara deliberou devolver o assunto ao Dr. Victor Batista a fim de que a informação pedida seja impressa em letra de máquina.-----

-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----REGULAMENTO DO CONCURSO SACA PILHAS - O Sr. Vice-Presidente apresentou o Regulamento do concurso que visa o aumento da reciclagem de pilhas usadas e que vai decorrer até trinta e um de Dezembro do corrente ano.-----

-----PISCINAS - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social informando que a Ana Margarida Bento Cardoso Santos foi prescrita clinicamente a prática de natação, para o que não possui rendimentos e pede o apoio da Câmara.-----

-----O executivo deliberou autorizar a utilização das Piscinas.-

-----Saiu o Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----PEDIDO DE APOIO - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, do seguinte teor:-----

-----«Zulmira da Conceição Pisco, moradora na Rua de Timor, número dois-F, em Almeirim - A Sr<sup>a</sup> enviou um carta ao Sr. Presidente descrevendo a situação do seu agregado e solicitando ajuda, pelo eu foi despachado para o Gabinete de Acção Social, efectuada visita domiciliária constatou-se o seguinte: Trata-se de um casal de idosos, encontrando-se o Sr. acamado e a Sr<sup>a</sup> com alguma limitações em termos de mobilidade. -----

-----Beneficiam do Serviço de Apoio Domiciliário prestado pela Associação de Famílias de Fazendas apenas nos dias úteis, dado eu a instituição não funciona nem aos fins de semana, nem aos feriados, nesses dias contam com o apoio alimentar através das netas do Sr. (proprietárias do restaurante 'O Forno').-----

-----Ambos são reformados e possuem complemento de primeiro grau por dependência, sendo que cada um possui trezentos e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos; dado que o Sr. se encontra acamado pode solicitar a revisão do complemento de dependência para segundo grau através do seu médico de família.-----

-----Existe um elevado consumo com fraldas e medicamentos o que associado às outras despesas constitui uma dificuldade para este rendimento, razão que levou a Sr<sup>a</sup> a solicitar ajuda. Foi também manifestado pela própria a vontade dos dois poderem ser acolhidos num lar, pois reconhece as limitações de ambos o que torna muito difícil manter a situação em que se encontram. Já fizeram alguns contactos nomeadamente com o Lar de S. José, mas segundo a Sr<sup>a</sup> os rendimentos seriam insuficientes para serem acolhidos, o que os deixou muito deprimidos.-----

-----Foi informada da dificuldade da Câmara poder conceder apoio a uma situação desta natureza."-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre referiu que, pertencendo a visada a uma família abastada, não se enquadra no tipo que a

autarquia costuma ajudar.-----  
-----Atendendo à informação, o executivo deliberou delegar na Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre a recolha de mais informações para análise do processo.-----  
-----  
-----Retomou o seu lugar a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----  
-----  
-----Presente outra comunicação interna do Gabinete de Acção Social, explanando a situação do agregado familiar de Celestina Duarte Fulgêncio, doente oncológica, bem como seu filho de onze anos, com outros dois filhos a frequentar o CRIAL, com residência numa casa totalmente degradada, no número dez da Rua da Paz, em Almeirim e para a qual a técnica de acompanhamento do RSI pede o apoio da Câmara para recuperação da casa de banho e do telhado, a fim de conferir as condições mínimas de habitabilidade à habitação.-----  
-----A Câmara deliberou apoiar.-----  
-----  
-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das entidades a seguir indicadas, a Câmara deliberou atribuir as transferências financeiras que se enunciam:-----  
-----Comité Português para a UNICEF, para a vacinação de crianças - cento e setenta euros; Escolas de Fazendas de Almeirim, para pagamento da visita de estudo a alunos subsidiados - oitenta e um euros; Secção de Cicloturismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para o décimo passeio de cicloturismo - mil euros e para a quarta prova de ciclismo - mil euros; Centro Karaté Amicale Almeirim, para o segundo campeonato infantil/juvenil de Fazendas de Almeirim - duzentos e cinquenta euros; Secção de Patinagem Artística do Hóquei Clube Os Tigres, para aquisição de material - cento e quarenta euros; Rancho Folclórico de Fazendas de Almeirim, para compra de um estandarte - quatrocentos euros; e FootKart Escola de Futebol e Karting Associação, para compra de material para o torneio de pré-escolas - mil euros.-----  
-----

-----Saiu o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário.-----

-----PONTE SALGUEIRO MAIA - O executivo tomou conhecimento do fax de Estradas de Portugal, EPE, comunicando as acções de limpeza de bermas e escoamento de águas pluviais, feitas e a fazer no IC dez - Ponte Salgueiro Maia.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - A pedido da Casa do Pessoal do Estabelecimento Prisional de Alcoentre, a Câmara deliberou oferecer o almoço no Refeitório Municipal aos participantes no rally paper a realizar no dia um de Maio próximo, funcionários daquele estabelecimento e municipais.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou aprovar as propostas de sinalização a seguir enunciadas:-----

-----Na Quinta de São Miguel, em Almeirim, sinais de STOP nas Ruas G, H, e de cedência de passagem nas Ruas E e F;-----

-----Substituição de três sinais de STOP por sinais de cedência de passagem, no entroncamento da Rua Dionísio Saraiva com a Rua Cinco de Outubro, na saída do Parque Lourenço de Carvalho para a Rua Dionísio Saraiva e no entroncamento da Rua do Matadouro com a Rua de Coruche, junto ao café Trigal, todas em Almeirim;-----

-----Colocação de passadeiras com lombas e respectiva sinalização vertical, em Cortiçóis, freguesia de Benfica do Ribatejo, na Rua António Batista, junto aos cruzamentos com as Ruas Rosa Isabelinha, António Moita e da Liberdade;-----

-----Colocação de dois sinais para estacionamento de pessoas com deficiência, no Parque de estacionamento nas traseiras do edifício dos Paços do Concelho, sendo que um deles deverá ter a inscrição da matrícula oitenta e nove-zero sete-IJ, dias úteis das nove às dezassete e trinta horas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o soldado da GNR que patrulha em sentido proibido e mantém o cavalo em cima do passeio também devia ser multado.-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE ALMEIRIM - Foi novamente presente o parecer do consultor jurídico sobre a reclamação de SOLNUTRI - Restaurantes e Alimentação, Ld<sup>a</sup>, contra a classificação que lhe foi atribuída, com a fundamentação de o júri do concurso, na acta de ponderação dos critérios, ter previsto a pontuação alternativa de zero ou cinco pontos, consoante estivessem ou não previstas soluções de alimentação alternativa à tradicional, caso o credo religioso da criança a tal obrigue, e, ao arrepio do constante da acta, ter atribuído classificações graduadas entre zero e cinco pontos e, concretamente, à reclamante ter atribuído a pontuação de três e meio pontos. Portanto, a classificação teria necessariamente de ser de zero pontos para os concorrentes que não apresentassem menu alternativo ou cinco pontos para os que apresentassem esse menu, independentemente da forma de apresentação que o mesmo pudesse revestir. Conclui o jurista que deve ser dado provimento à reclamação e deve o Júri proceder às alterações das classificações das propostas em conformidade.-----

-----Presente ainda a Acta do Júri do Concurso onde procede à análise da reclamação de SOLNUTRI e delibera dar-lhe provimento, pelo que considera que será corrigido o quadro da classificação e disso dará conhecimento aos concorrentes.-----

-----Dado não existir proposta de adjudicação e o mesmo processo já ter sido presente a reunião de dezanove de Fevereiro passado, o executivo tomou conhecimento.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou quem está a fornecer as refeições aos alunos, ao que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre respondeu que é a Uniself.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que para as actividades ligadas às escolas têm de desenvolver os processos, nomeadamente os concursais, muito mais cedo, o mais tardar em

Junho.-----  
-----  
-----ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Vereador José Carlos da Silva apresentou o relatório final da escavação arqueológica realizada no terreno anexo ao Pórtico de Paço dos Negros pela empresa Era - Arqueologia, SA e no âmbito da qual 'não registou qualquer contexto arqueológico, o que indicia um reduzido valor patrimonial para esta área'.-----  
-----Estas escavações foram acompanhadas pelo Dr. Eurico Henriques, que constactou o desenvolvimento dos trabalhos e os resultados das escavações. Dada a ausência de achados, o Sr. Presidente considerou que se devia aprofundar as investigações, o que teve a concordância do Dr. Eurico Henriques, atendendo a que as expectativas da população para aquela área eram elevadas, no tocante ao presumível valor arqueológico.-----  
-----É nesse sentido que a empresa vem agora apresentar nova proposta para execução de sondagens de diagnóstico no Pórtico de Paço dos Negros, pelo preço de quatro mil oitocentos e noventa e cinco euros, a que acresce o IVA.-----  
-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o assunto foi retirado da última reunião de Câmara porque a ERA não tinha apresentado o Relatório das anteriores escavações e não compreende por que no primitivo concurso não se tenham adjudicado todos os trabalhos, seria mais barato. Embora não tivesse tempo para ler o Relatório, foi feita uma primeira investigação e diz o Regulamento das Escavações Arqueológicas que o IPA tem de dar autorização. Ora, não foi informada que o IPA tivesse autorizado a primeira escavação e a Câmara não foi informada dessa autorização, porque a última informação do Presidente à Câmara foi que o assunto estava em stand by. Logo, a Câmara nunca foi informada da autorização do IPA para as escavações e, por isso, não temos condições para autorizar novas escavações sem que, primeiro, exista a autorização do IPA e, segundo, que a empresa prove que cumpriu com todas as formalidades legais, que era pedir autorização ao IPA para efectuar as escavações e submeter à sua aprovação o plano de

escavações.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a questão relevante era efectuar as escavações no local apontado como sítio arqueológico, por uma empresa acreditada no ramo e mediante o acompanhamento do Dr. Eurico Henriques, pessoa acima de qualquer suspeita. Foi o próprio que sugeriu as investigações noutra local, depois de não ser encontrado nada de relevante no primeiro sítio. Logo, esta sugestão não podia ter sido concursada com os trabalhos iniciais antes de ser formulada.----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o que pretendem agora é atribuir à mesma empresa mais trabalhos, sem concurso público. Os membros do executivo que não estão presentes em reuniões preparatórias das reuniões de Câmara, como é o caso da oposição, souberam numa sessão da Assembleia Municipal que tinham decorrido escavações arqueológicas no terreno contíguo ao Pórtico de Paço dos Negros, até agora não tinha sido apresentado o Relatório das escavações e é apresentada uma proposta para entregar à mesma empresa outro terreno para escavar, o do Pórtico. À mesma empresa que não tinha até hoje entregado o Relatório e só pela chamada de atenção da interveniente a exigilo é que o fez. Para além disso, nesse Relatório não vem o documento contendo a autorização do IPA e a Câmara não foi informada de que a autorização foi dada. A empresa devia, antes, pedir autorização ao IPA e a resposta do IPA devia vir a reunião de Câmara, tal como prevê o ponto treze do Artigo quinto do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos. O IPA até pode ter autorizado, só que a interveniente, enquanto Vereadora, tinha o direito e o dever de ter conhecimento, por isso quer ter a prova de que a empresa cumpriu com todos os procedimentos legais. E por isso propõe que não seja votado o assunto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou que as escavações feitas por pessoal habilitado foram acompanhadas pelo Dr. Eurico Henriques, pessoa acima de qualquer suspeita nesta área e, portanto, do ponto de vista técnico, não tem qualquer dúvida que este acompanhamento é fundamental para descansar a todos sobre a existência ou não de achados arqueológicos. No entanto, devido

às dúvidas levantadas pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, e não tendo o próprio todos os elementos para apreciação, apesar dos trabalhos propostos serem de montante que permitiria a adjudicação directa, aceita que o assunto passe para uma próxima reunião. E acrescentou esperar que a Sr<sup>a</sup> Vereadora, nas leis que invoca, as esteja a invocar correctamente, não vá acontecer que se apliquem só ao património classificado.-----

-----O executivo deliberou adiar a deliberação sobre a proposta.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TABELA DE TAXAS E LICENÇAS - O Sr. Vereador José Carlos da Silva apresentou a sua proposta para actualização dos valores constantes da Tabela de Taxas e Licenças deste Município, previamente distribuída a todos os autarcas, à qual acrescentou a informação de que a Tabela em vigor não é actualizada desde o ano dois mil.-----

-----Não se verificando intervenções, foi a Tabela proposta submetida a votação, do que resultou a sua aprovação por maioria, com o voto contra da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha e a abstenção do Sr. Vereador Victor Pedro.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto contra por considerar esta proposta de aumentos aqui apresentada, muito elevada, com aumentos que ultrapassam os trinta e mais por cento. Considerando legítimo o aumento das Taxas e Licenças, considerando que devem ser actualizadas regularmente, entendo que nunca devem ultrapassar em muito o índice da taxa de inflação, o que não acontece aqui, que em alguns casos atinge percentagens elevadas.»-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou como está a revisão do Regulamento das Taxas e Licenças, ao que o Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu que se encontra próximo da conclusão.-----

-----ALDESC, EM - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que



requereu o agendamento da situação relativa às deliberações do executivo sobre os actos praticados por elementos seus enquanto membros do Conselho de Administração da ALDESC, EM, porque pediu um parecer sobre a validade de votação desses autarcas nos actos que os próprios praticaram na empresa municipal e esse parecer não lhe foi entregue. Considera essas votações ilegítimas e, corroborando o seu entendimento, invocou um parecer da Procuradoria-Geral da República que diz que os presidentes de câmaras não podem ser presidentes das empresas. A leitura que faz da situação é que o Sr. Presidente da Câmara Sousa Gomes não pode ser Presidente da ALDESC, porque existe incompatibilidade ao abrigo da antiga lei e da nova lei.-----

-----Considera tratar-se de uma irregularidade o Presidente e os vereadores aprovarem as deliberações que executaram enquanto membros do Conselho de Administração da empresa municipal. Sempre defendeu essa posição e continua à espera do parecer que pediu sobre o assunto, no pressuposto que as câmaras não devem funcionar na ilegalidade.-----

-----Disse ainda que veio a saber que os Protocolos que estabeleciam os subsídios não tinham sido executados, o que é outra irregularidade. E o parecer que devia vir não apareceu, mas já que só lhe deixam esse caminho, vai armar-se em queixinhas. O cargo de Presidente do Conselho de Administração na actual lei é considerado alto cargo político e a partir daí é incompatível com as funções de Presidente da Câmara. Já os outros dois cargos não são considerados incompatíveis. Considera a Procuradoria que o Presidente do Conselho de Administração da empresa tem de desempenhar o seu cargo a tempo inteiro e com remuneração. Procurou ainda a publicação das Contas da empresa referentes ao ano passado e o Quadro de Pessoal, mas nada encontrou. E acrescentou que a sua paciência acabou, em relação à espera pelos documentos solicitados. Há uma nova lei com um conjunto de implicações, que vem trazer mais custos à empresa. Considera que deve vir a reunião uma informação e um plano de reestruturação da empresa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que a empresa

municipal poderia ser perfeitamente viável e ter boas relações com a Câmara. Enquanto Vereador em regime de permanência apresentou declaração ao Tribunal Constitucional do cargo que desempenhava como membro do Conselho de Administração, lugar considerado alto cargo político. Posteriormente a Procuradoria Geral da República esclareceu que, na vigência da Lei número cinquenta e oito de noventa e oito, tal correlação só era admitida se houvesse remuneração dos membros do Conselho de Administração, o que não era o caso.-----

-----No que toca às deliberações deste executivo em actos praticados por membros do Conselho de Administração que sejam simultaneamente Vereadores, julga que, por força do CPA, os autarcas visados não podem votar.-----

-----Em relação à conferência de imprensa mencionada pela Sr<sup>a</sup> Vereadora, não foi dada aqui, mas na sala ao lado.-----

-----E no concernente ao cumprimento do estabelecido no Contrato-Programa, uma das divergências foi a sua assinatura, porque nunca chegou a ser assinado por si e o que está assinado foi o que veio a reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse ter conhecimento que foi pedido o parecer e que proximamente virá a reunião de Câmara a proposta de alterações para dar cumprimento à nova lei, para as quais a própria lei prevê um prazo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que espera que não voltem a violar um direito seu como membro deste executivo, que é pedir a presença de alguém que pode esclarecer dúvidas e não seja disponibilizado esse apoio, ou lhe seja dito porquê.-----

-----Às dezassete horas e vinte e sete minutos o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição